



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E PADRÕES DE VOTAÇÃO MUNICIPAL NO BRASIL A PARTIR DE 2010.

Gustavo de Souza Perez¹
e-mail: gspnaves@unb.br

(x) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: (GT 6) Geografia eleitoral e escala de representação e participação: democracia e território

RESUMO

Este trabalho investiga de que maneira a interiorização do ensino superior público associa-se às opções de voto nos municípios brasileiros que passaram a abrigar novas universidades federais e unidades acadêmicas descentralizadas. A partir dos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, observa-se a consolidação de uma política deliberada de expansão territorial do ensino superior, orientada pela redução das desigualdades regionais e pela ampliação do acesso à educação pública, tendo no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) um de seus principais instrumentos institucionais. Nesse contexto, foram criadas universidades federais em áreas até então pouco contempladas por esse nível de ensino, além de promovida a desconcentração espacial de campi universitários, configurando um processo de difusão espacial do ensino superior no território nacional. O objetivo central da pesquisa é analisar se a implantação dessas instituições esteve associada a mudanças nos padrões de comportamento eleitoral local, bem como a possíveis relações com a evolução de indicadores socioeconômicos nos municípios contemplados. Ao articular geografia política, políticas públicas educacionais e análise eleitoral, o estudo busca contribuir para o debate sobre os efeitos territoriais da expansão do ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: voto; difusão espacial; ensino superior

INTRODUÇÃO

A distribuição territorial do ensino superior no Brasil historicamente esteve associada à reprodução das desigualdades regionais, concentrando-se nas capitais e nos grandes centros urbanos e restringindo o acesso à educação superior pública às áreas mais dinâmicas do país. Esse padrão concentrador não apenas limitou as oportunidades educacionais, como também reforçou assimetrias econômicas e sociais no território nacional, tornando o acesso ao ensino superior um recurso espacialmente seletivo (ALMEIDA et al., 2023).

A partir dos anos 2000, esse quadro passou a ser gradualmente alterado com a adoção de políticas públicas voltadas à expansão e à interiorização do ensino superior federal. Durante os dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Estado brasileiro implementou um conjunto de iniciativas que buscaram ampliar a

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

oferta de ensino superior público e descentralizar territorialmente suas instituições. Conforme demonstram Almeida et al. (2023), esse processo representou uma inflexão na atuação estatal, ao incorporar explicitamente a dimensão territorial como critério para a expansão das universidades federais, com especial atenção às regiões historicamente menos atendidas, como o Norte e o Nordeste.

Entre os principais instrumentos dessa política destacam-se o Programa Expandir e, sobretudo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Esses programas promoveram tanto a criação de novas universidades federais quanto a implantação de campi em municípios do interior do país, alterando de forma significativa a geografia do ensino superior público. Dados apresentados por Santos, Rocha e Justo (2015) indicam que, entre 2000 e 2016, o número de universidades e campi federais no Brasil passou de 129 para 328 unidades, evidenciando a magnitude e o alcance territorial desse processo de expansão.

Do ponto de vista empírico, a literatura aponta que a interiorização do ensino superior produziu efeitos econômicos relevantes nos municípios contemplados por essa política. Santos, Rocha e Justo (2015), ao analisarem os impactos da expansão das universidades federais, demonstram que a presença dessas instituições esteve associada ao aumento do estoque de trabalhadores qualificados e à criação de empregos de maior qualificação, sugerindo efeitos positivos tanto de curto quanto de longo prazo sobre as economias locais. Resultados semelhantes são identificados por Almeida et al. (2023), que ressaltam o papel das universidades como agentes de dinamização econômica e social, capazes de influenciar o desenvolvimento regional e reduzir desigualdades territoriais.

Esses achados permitem compreender a expansão do ensino superior público como um processo de transformação territorial, no qual políticas educacionais se materializam no espaço e produzem efeitos que extrapolam o campo educacional. Tal dinâmica pode ser interpretada à luz da teoria da difusão espacial, segundo a qual a propagação de inovações e instituições ocorre de forma desigual no território, por meio de ondas sucessivas e com defasagens temporais entre os lugares (HÄGERSTRAND, 1952). Nesse sentido, a interiorização das universidades federais pode ser entendida como um processo de difusão institucional, cujos impactos variam conforme as características históricas, econômicas e espaciais dos municípios.

Entretanto, a ampliação do acesso ao ensino superior não implica, automaticamente, redução das desigualdades sociais ou homogeneização dos resultados. Como argumenta Dubet (2004), políticas educacionais orientadas pela igualdade formal de oportunidades podem coexistir com a reprodução das desigualdades, quando não consideram as condições sociais e territoriais que moldam o aproveitamento diferencial dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, os efeitos positivos identificados por Santos, Rocha e Justo (2015) e Almeida et al. (2023) devem ser analisados de forma crítica, reconhecendo seus limites e sua heterogeneidade espacial.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Essa discussão torna-se particularmente relevante quando articulada ao campo da geografia eleitoral. Como destacam Azevedo et al. (2025), o Estado e seu sistema político moldam e são moldados pela estrutura territorial, de modo que, no Brasil, viver em um município específico implica acesso territorialmente delimitado a serviços públicos, políticas fiscais e escolhas políticas. O território, portanto, atua como mediação fundamental entre políticas públicas e comportamento político.

Tal perspectiva dialoga com a concepção de espaço desenvolvida por Harvey (2006), para quem o espaço não é um suporte neutro das relações sociais, mas uma dimensão historicamente produzida e atravessada por relações de poder. Desse modo, políticas públicas educacionais, ao se materializarem no território, tendem a produzir efeitos econômicos, sociais e políticos diferenciados, conforme os contextos espaciais em que se inserem.

Diante desse quadro, o problema central que orienta este estudo consiste em investigar em que medida a expansão e a interiorização das universidades federais, particularmente no contexto dos governos Lula, estiveram associadas a mudanças no comportamento eleitoral dos municípios contemplados por essa política. O objetivo geral é analisar se a presença dessas instituições produziu impactos sobre as opções de voto, bem como verificar se tais efeitos se articulam à evolução de indicadores socioeconômicos locais, partindo da hipótese de que os efeitos territoriais da política educacional podem refletir-se, ainda que de forma desigual no espaço e no tempo, no comportamento político-eleitoral.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa de caráter exploratório-explicativo, baseada em dados em painel no nível municipal. O recorte temporal considera as eleições presidenciais a partir de 2010, período posterior à consolidação das políticas de expansão e interiorização das universidades federais implementadas nos governos Lula. A unidade de análise corresponde aos municípios brasileiros, classificados segundo a presença ou ausência de universidades federais e o ano de implantação dessas instituições.

Os dados eleitorais foram obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contemplando os resultados das eleições presidenciais nos municípios, enquanto as informações socioeconômicas foram extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados censitários. A estratégia empírica fundamenta-se na análise espaço-temporal da difusão das universidades federais, combinando estatísticas descritivas e a estimação de modelos de regressão com dados em painel e efeitos fixos municipais e temporais.

O uso de modelos em painel com efeitos fixos justifica-se pela necessidade de controlar heterogeneidades não observáveis constantes no tempo, bem como por captar variações intraunidades ao longo dos períodos analisados, conforme discutido por Loureiro e Costa (2009). Essa abordagem tem sido amplamente empregada na literatura brasileira de comportamento eleitoral para analisar fatores territoriais

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

associados ao voto, a partir de dados do TSE e do IBGE, como demonstrado por Fernandes e Fernandes (2013).

Considerando o caráter não aleatório da localização das universidades federais e a existência de padrões eleitorais espacialmente estruturados, os resultados devem ser interpretados como associações estruturadas no tempo e no território, preservando cautela quanto a inferências causais estritas.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados indicam que os padrões de votação municipal no Brasil apresentam regularidades espaciais e temporais, evidenciando que o comportamento eleitoral não se distribui de forma aleatória no território. A análise dos dados eleitorais ao longo do período considerado sugere a presença de persistência nos padrões de voto, mesmo diante de mudanças institucionais e políticas, o que reforça a importância de uma abordagem espaço-temporal para a interpretação dos resultados.

Esses achados dialogam com a literatura que demonstra a existência de bases territoriais relativamente estáveis do voto, conforme evidenciado por Figueiredo et al. (2002) em sua análise da distribuição espacial dos votos na cidade de São Paulo. Os autores mostram que o desempenho eleitoral dos principais partidos tende a se repetir ao longo de diferentes pleitos e cargos, com forte associação entre eleições sucessivas, indicando que mudanças eleitorais ocorrem, em geral, de forma gradual e ancoradas em estruturas territoriais consolidadas.

De modo complementar, os resultados também se alinham à literatura que enfatiza a dimensão territorial do comportamento eleitoral no Brasil. Toledo Jr. (2007) argumenta que o voto possui uma âncora territorial, sendo influenciado pelas características socioespaciais do lugar e pelas transformações decorrentes de políticas públicas. Segundo o autor, o território atua como mediador entre os indivíduos e o sistema político, condicionando preferências eleitorais e estratégias partidárias, o que reforça a interpretação dos resultados como efeitos associados ao contexto espacial e institucional dos municípios.

Além disso, a persistência observada nos padrões de votação ao longo do tempo encontra respaldo em estudos que analisam o voto a partir de uma perspectiva espaço-temporal mais ampla. O artigo Padrões de votação no tempo e no espaço destaca que o comportamento eleitoral no Brasil apresenta continuidade significativa entre eleições, com mudanças ocorrendo de maneira incremental e fortemente condicionadas pelas características regionais e socioeconômicas dos territórios. Tal evidência reforça a adequação do uso de modelos longitudinais e a cautela na interpretação de variações eleitorais como efeitos imediatos de políticas específicas. Nesse contexto, os resultados deste estudo sugerem que a expansão das universidades federais pode estar associada a trajetórias diferenciadas de votação ao longo do tempo, não como um efeito direto e imediato, mas como parte de um processo mais amplo de reconfiguração territorial. A presença dessas instituições tende a alterar, de forma gradual, o perfil socioeconômico e informacional dos

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.unir.br/vcongéo2026)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

municípios, elementos que, conforme aponta a literatura, influenciam o comportamento eleitoral de maneira mediada e territorialmente condicionada. Assim, os achados devem ser interpretados à luz da literatura da geografia eleitoral e da ciência política, que reconhece o voto como um fenômeno estruturado no espaço e no tempo. A análise reforça que políticas públicas territorializadas, como a interiorização do ensino superior, podem contribuir para mudanças graduais nos padrões eleitorais, sem romper, contudo, com as bases espaciais historicamente consolidadas do voto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar se a interiorização das universidades federais esteve associada a mudanças nos padrões de votação municipal no Brasil a partir de 2010. Os resultados indicam que o comportamento eleitoral apresenta forte persistência espacial e temporal, sugerindo que a expansão do ensino superior público não produz alterações eleitorais imediatas, mas se associa a trajetórias diferenciadas de votação ao longo do tempo, mediadas pelo contexto territorial e socioeconômico dos municípios.

Nesse sentido, a pesquisa contribui ao evidenciar que políticas públicas educacionais territorializadas tendem a produzir efeitos graduais e heterogêneos, reforçando a centralidade do território como elemento mediador entre ação estatal e comportamento político. A análise confirma a relevância de abordagens espaço-temporais para a compreensão do voto, evitando interpretações baseadas em relações causais diretas ou de curto prazo.

Como limitação, destaca-se a dificuldade de isolar efeitos causais estritos, dada a não aleatoriedade da localização das universidades e a persistência histórica dos padrões eleitorais. Estudos futuros podem aprofundar essa agenda por meio de análises espaciais explícitas, recortes regionais mais detalhados ou da incorporação de outros níveis eleitorais, ampliando a compreensão dos vínculos entre políticas públicas, território e comportamento eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Elesbão de; CARMO, Alesxandro Fernando do; MARINHO, Rokátia Lorrany Nogueira; QUEIROZ, Daiane Kelly de. Interfaces entre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento local. *Economia & Região*, Londrina, v. 11, n. 2, p. 195–219, 2023. DOI: 10.5433/2317-627X.2023.v11.n2.47015.

AZEVEDO, Daniel Abreu de; MEIRELES, Bruno L.; ALEGRIA, Bruna; VIEIRA, Fernando S. Participação eleitoral nas eleições municipais de 2016 e 2020 no Brasil: tamanho importa?. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 29, p. 271–302, 2025.

DUBET, François. *As desigualdades multiplicadas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. O voto econômico no Brasil: evidências com dados em painel e em multinível. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 629–649, 2013.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Partidos e distribuição espacial dos votos na cidade de São Paulo (1994–2000). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 293–340, 2002.

HÄGERSTRAND, Torsten. A propagação de ondas de inovação. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 348–368, 2013. Tradução de Melissa Steda e Wagner Nabarro. Artigo originalmente publicado em *Lund Studies in Geography*, Series B, Human Geography, n. 4, 1952.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. In: CASTREE, Noel; GREGORY, Derek (org.). *David Harvey: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; COSTA, Leandro Oliveira. Uma breve discussão sobre os modelos com dados em painel. Nota Técnica nº 37. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), 2009.

SANTOS, Luiza Mikaela de Sá; ROCHA, Roberta de Moraes; JUSTO, Wellington Ribeiro. Impacto da expansão e interiorização das universidades federais no Brasil na atração de mão-de-obra qualificada e na criação de postos de trabalho (2002 a 2010). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 43., 2015, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPEC, 2015.

TOLEDO JÚNIOR, Rubens de. O lugar e as eleições: a expressão territorial do voto no Brasil. *GeoTextos*, Salvador, v. 3, p. 1–20, 2008.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/